

Gestão de investimentos FINANCEIROS

no terceiro setor

Módulo introdutório



Ficha técnica

Supervisão: Pamella Canato

Coordenação: Luciana Andrade Mikami

Produção Editorial: Gleice Regina Guerra

Apoio: Gilberto Costa, Welson Alves Barbosa, Dagmar Candido, Bruno Gomes Ferreira, Jessica Aranha, Gabriela Mandu dos Santos, Ana Carolina Velasco, Thais Rodrigues e Andrea Almeida

Fotos: Cauê Diniz

Diagramação: Victor Guerra Faria



Realização:

Parceria:



Apoio institucional:



Palestrantes



Fabiana Prianti
B3 Social



Guibson Trindade Torres
Pacto de Promoção para
Equidade Racial



Leandro Loiola
B3 Educação



Leonardo Medina
Anbima



Luciana Mikami
GIFE



Pamella Canato
GIFE



Ricardo Amatucci
VOX Capital



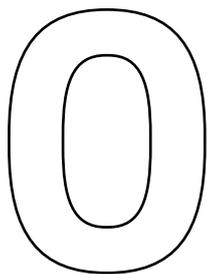
Ricardo Rocha
Insper

Sumário

Apresentação.....	5
1 Introdução.....	7
2 Gestão estratégica de investimentos financeiros.....	9
2.1 Gestão estratégica alinhada aos propósitos organizacionais.....	10
2.2 Rentabilidade e risco: uma relação proporcional.....	15
3 Tipos de investimento financeiro.....	17
3.1 Renda fixa.....	18
3.2 Renda variável.....	18
3.3 Fundos.....	18
3.4 Outros.....	19
4 Indicadores de rentabilidade e risco.....	20
4.1 Taxas e indicadores macroeconômicos.....	21
4.2 Monitoramento de rentabilidade e risco.....	23
4.2.1 Rentabilidade e risco de mercado.....	23
4.2.2 Rentabilidade e risco de crédito.....	26
4.2.3 Rentabilidade e risco de liquidez.....	27
4.2.4 Rentabilidade e risco cambial.....	27
5 Processo de investimento.....	28
5.1 Processo de investimento em renda fixa.....	30
5.1.1 Tesouro Direto.....	33
5.1.2 Crédito privado.....	34
5.2 Processo de investimento em renda variável.....	36
5.2.1 Ações.....	37
5.3 Processo de investimento em derivativos.....	38
Referências.....	39



Apresentação



O Grupo de Institutos Fundações e Empresas (GIFE) é uma organização sem fins lucrativos que reúne associados de origem empresarial, familiar ou independente que investem em projetos de interesse público. Criado em 1989 como grupo de troca e colaboração e institucionalizado em 1995 por 25 organizações, tornou-se referência no campo da filantropia e do investimento social privado no Brasil. Nesses quase 30 anos de atuação, tem contribuído para o fortalecimento de práticas e ações a serviço do bem comum no país, trabalhando para expandir, qualificar e fortalecer o investimento social privado (ISP), diversificar e ampliar atores e recursos, criar referências e estimular boas práticas de gestão, bem como articulando o setor com a sociedade e a agenda pública. Atualmente, o GIFE reúne mais de 160 associados que, somados, aportam mais de 4 bilhões de reais por ano em projetos próprios e no apoio a projetos de terceiros.

Em parceria com a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), a B3 Social, o Instituto de Ensino e Pesquisa Insper, o Pacto de Promoção para Equidade Racial e a Vox Capital Serviços de Investimentos, o GIFE realizou o curso [Introdução à Gestão de Investimentos Financeiros no Terceiro Setor](#), em formato híbrido, no dia 24 de junho de 2024, na sede da B3, a bolsa do Brasil, localizada no Centro Histórico de São Paulo.

Destinado a colaboradores e gestores de diferentes áreas e níveis de conhecimento de organizações associadas ao GIFE, o encontro teve o propósito de apresentar um panorama dos principais aspectos que devem ser considerados na gestão de investimentos financeiros, proporcionando um espaço de reflexão a respeito de como fazer aplicações financeiras rentáveis, de forma estratégica e coerente com os propósitos das organizações.

Após a abertura do curso, feita por Fabiana Prianti (B3 Social), e uma introdução feita por Pamella Canato (GIFE), os participantes assistiram à palestra de Guibson Trindade Torres (Pacto de Promoção para Equidade Racial), intitulada [Importância das Definições de Diretrizes na Gestão de Investimentos para a Filantropia](#). Em seguida, Leonardo Medina (Anbima) falou sobre [Aspectos Gerais Sobre a Gestão de Investimentos](#), com foco na melhor compreensão de taxas e índices. Ricardo Rocha (Insper), por sua vez, abordou a [Definição de Renda Fixa e Renda Variável e Tipos de Aplicações. Investimentos Alinhados aos Propósitos Organizacionais](#) foi o tema de Ricardo Amatucci (Vox Capital). Uma sessão de dúvidas e perguntas se seguiu e, para finalizar, Leandro Loiola (B3) apresentou o [Hub de Educação da B3](#) como possibilidade de aprofundamento em diversos temas financeiros. O encerramento ficou por conta de Luciana Mikami (GIFE), que agradeceu aos participantes e palestrantes.



Essa é uma iniciativa muito importante para o terceiro setor. Reconhecemos que, em nossa área, há uma lacuna significativa de especialistas que compreendam tanto as finanças quanto as particularidades das organizações sem fins lucrativos. Por isso, decidimos dar continuidade a esse movimento, oferecendo cursos especialmente desenvolvidos para a área.

Luciana Mikami, GIFE



O curso, em sua primeira edição, contou com 56 participantes, entre comparecimentos presenciais e acompanhamento à distância. Considerado o primeiro módulo de uma série, a continuação será o curso [Definições e Aspectos Tributários no Terceiro Setor](#), previsto para setembro de 2024.

Esta publicação sistematiza os temas tratados no curso, organizando as diversas contribuições em um formato lógico, com o objetivo de proporcionar a um público mais amplo os conhecimentos e as oportunidades de reflexão que o encontro gerou.

1 Introdução

Os associados do GIFE estão acostumados a utilizar a expressão “investimento” no contexto de “investimento social privado (ISP)”. O ISP é definido como a transferência voluntária de recursos privados de forma planejada, monitorada e sistemática para projetos sociais, ambientais, culturais e científicos que beneficiam o público. O ISP se diferencia de ações assistencialistas e de ajuda pontual por exigir três elementos principais:

- planejamento, monitoramento e avaliação dos projetos – é necessário um cuidado especial com o planejamento e a avaliação contínua dos projetos;
- resultados sustentáveis e impacto social – o foco está em alcançar resultados que promovam uma transformação social duradoura;
- envolvimento da comunidade – a comunidade deve estar envolvida no desenvolvimento das ações.



Investimento social privado (ISP)

Para o GIFE, o ISP é voluntário, não abrangendo, portanto, medidas para cumprimento da legislação. A definição de ISP reforça sua finalidade pública, diferenciando-o das ações sociais voltadas ao público interno das empresas. Isso evita a mistura entre o âmbito público e o privado (Degenszajn e Ribeiro, 2013). Nesse sentido, portanto, “investimento” se refere ao aporte de recursos financeiros e não-financeiros de instituições, diretamente ou por meio de outras entidades, para promover o bem-estar social.



Significados de “investimento”:

- ISP
- ativo permanente
- ativo circulante (aplicações financeiras)

No entanto, o termo “investimento” tem, pelo menos, outras duas aplicações. No rigor vocabular contábil, o investimento de uma empresa tem caráter permanente (Brasil, 1976), ou seja, de obtenção de rendimentos a médio e longo prazos (Houaiss, 2009). Pode envolver capital financeiro, intelectual, social ou natural na busca de benefícios e/ou lucros para uma corporação, e que não se destinam à manutenção da atividade da companhia.

Diferencia-se, assim, de sua terceira acepção, de uso corrente: a de aplicação financeira, considerada, em geral, ativo circulante ou, em alguns casos, realizável a longo prazo.

É nesse último sentido que, aqui, se usa a expressão investimento. Ao longo deste texto, gestão de ativos financeiros, de aplicações financeiras ou de caixa são intercambiáveis com a gestão de investimentos financeiros – termos sinônimos também usados pelos palestrantes do curso híbrido ocorrido em 24 de junho de 2024.

Uma gestão financeira responsável, com transparência nas operações — incluindo a divulgação clara dos critérios de investimento e o monitoramento constante dos riscos — é crucial para evitar práticas antiéticas e prevenir conflitos de interesse. A adesão a padrões elevados — condizentes com a missão, visão e valores das organizações — e a implementação de políticas rigorosas de conformidade asseguram que os investimentos não só busquem retornos financeiros, mas também contribuam para a sustentabilidade e o bem-estar social e ambiental. Dessa forma, a governança robusta em aplicações financeiras reflete o compromisso da empresa com uma gestão responsável e alinhada aos princípios ambientais, sociais e de governança (ASG).

“

O tema de aplicações financeiras, portanto, integra o G do ASG.

Fabiana Prianti, B3 Social

”

Neste material, as palestras do curso foram reorganizadas, agrupando temas similares desenvolvidos por palestrantes diversos, de modo a tornar o texto mais didático e de fácil compreensão. Está dividido em quatro capítulos, além desta introdução.

O segundo capítulo busca traduzir o que é uma gestão estratégica de investimentos financeiros. O terceiro capítulo introduz o tema de tipos de aplicação financeira, considerando renda fixa, renda variável, fundos de investimento e outros. Em seguida, o quarto capítulo aborda indicadores de rentabilidade e risco, macro e microeconômicos. Por fim, o quinto capítulo apresenta o processo de investimento financeiro, detalhando aspectos relevantes de aplicações em renda fixa, variável e, em particular, derivativos.

Ao longo de todo este texto há caixas que auxiliam a compreensão, seja para melhor explicar conceitos e aspectos abordados, seja para destacar questões importantes, seja para trazer citações de palestrantes que são especialmente relevantes para o processo de investimento. Espera-se que, com isso, este material ajude a aprimorar, cada vez mais, a sua gestão de caixa.

Boa leitura!

GIFE

2 Gestão estratégica de investimentos financeiros

Gestão de investimentos financeiros, para os fins deste texto, é entendido como o processo de administrar um conjunto de ativos financeiros com um propósito específico.

No cotidiano, esse processo envolve tomar decisões sobre a compra e a venda de ativos financeiros, a partir do acompanhamento de indicadores de rentabilidade e de risco. No entanto, é desejável que a atuação cotidiana seja pautada por objetivos e estratégias com foco específico.



Ativo é qualquer bem ou recurso que uma organização possui e que tem valor econômico.

O primeiro item deste capítulo trata de um aspecto estratégico da gestão de aplicações financeiras que se relaciona à identidade da organização investidora, seus objetivos mais amplos e seu papel no ISP. Em seguida, o segundo item aborda, de maneira conceitual, os objetivos de rentabilidade, relacionando-os ao risco inerente à gestão de ativos financeiros.



O gestor de investimentos financeiros pode ser uma pessoa física ou jurídica. Suas atribuições podem ser divididas em:

- definições estratégicas: contribuição para definição de políticas de investimento financeiro;
- operações cotidianas: acompanhamento das oscilações de preços dos ativos em mercado, seleção de melhores investimentos, compra e venda de ativos, diversificação de portfólio e avaliação de riscos.

2.1 Gestão estratégica alinhada aos propósitos organizacionais

Quando a organização tem políticas definidas para a gestão de seus ativos financeiros – ou gestão de caixa –, cabe ao gestor de investimento acompanhá-las e, eventualmente, sugerir atualizações. Quando não há políticas estabelecidas, pode caber ao gestor defini-las.

Estratégias podem ser entendidas como decisões relacionadas a alternativas para alcançar objetivos no longo prazo. Portanto, não há como falar de estratégias sem antes considerar os objetivos, que podem estar expressos explicitamente em documentos internos da organização, em particular em sua missão, visão e valores; ou podem ser implícitos, embrenhando sua cultura e atuação. Esses conceitos, que conferem identidade a uma organização, devem orientar todas as suas decisões de investimento – no caso do terceiro setor, tanto os investimentos sociais, sua razão de existir, quanto a aplicação financeira transitória para gerar mais recursos para os futuros investimentos sociais.



Missão e visão são fundamentais para orientar todas as decisões de investimento. A missão define o propósito da organização filantrópica, enquanto a visão descreve o futuro que ela deseja criar.

O alinhamento com valores e missão significa ter diretrizes que os reflitam, garantindo que todos os investimentos estejam coerentes com os princípios e objetivos fundamentais da organização. Isso promove uma abordagem coesa e consistente para a tomada de decisões de investimento, evitando os que possam entrar em conflito com os objetivos da organização.

Guibson Trindade Torres, Pacto de Promoção para Equidade Racial



Todo investimento financia alguma atividade. É o dinheiro dos investimentos que constrói o mundo, das redes elétricas até as redes sociais [...] Existe mais relação entre o mercado financeiro, os relatórios climáticos globais alarmantes e o retorno da miséria e fome ao Brasil do que gostaríamos de admitir.



Ricardo Amatucci, Vox Capital

No caso dos recursos financeiros circulantes de uma organização, ou seja, do dinheiro disponível para aplicação financeira, embora a rentabilidade e o risco sejam grandes focos, como se verá no segundo item deste capítulo, não é só o que importa. Afinal, seria injustificável para uma organização que busca o bem-estar social comprar ações de empresas que não respeitam o meio ambiente, não promovem a diversidade ou incentivam a violência, por exemplo, em busca de melhores taxas para um dinheiro que será aportado, posteriormente, em iniciativas que buscam exatamente mitigar ou evitar tudo isso.

Nesse sentido, as aplicações financeiras também exigem responsabilidade, tanto quanto os investimentos filantrópicos: podem incluir a definição de áreas de foco prioritárias, metas de impacto específicas e critérios de seleção de projetos.

Para uma organização de ISP, o investimento financeiro também pode, preferencialmente, ser responsável, levando em conta os efeitos socioambientais positivos de onde se está colocando os recursos financeiros – ou seja, a aplicação financeira pode ser realizada com a intenção de gerar impactos sociais e ambientais positivos e mensuráveis, ao mesmo tempo em que gera retorno financeiro.



A B3 tem um curso gratuito sobre investimentos ASG, um dos cursos mais assistidos do *hub* de educação financeira. [Leandro Loiola, B3 Educação](#)



Investimento de impacto significa formar uma carteira de ativos financeiros voltada para valorizar empresas que têm portfólio com potencial de causar um impacto positivo para as pessoas e o planeta.

Ricardo Amatucci, Vox Capital

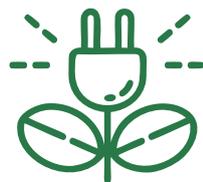
Conceitualmente, há gradações no investimento financeiro responsável, que vão desde a integração com princípios de ASG até o chamado investimento de impacto, em ativos financeiros que contribuem com soluções para a sociedade, maximizando resultados positivos. O investimento de impacto é feito com intencionalidade de promover impactos positivos, observando critérios de avaliação não-financeiros em fundos, por exemplo, que têm o propósito e a perspectiva de utilizar critérios como o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3.

ESPECTRO DOS INVESTIMENTOS RESPONSÁVEIS

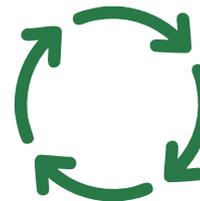
INVESTIMENTOS CONVENCIONAIS



INTEGRAÇÃO ASG (MITIGAÇÃO DE RISCO)



INTEGRAÇÃO ASG (CRIAÇÃO DE VALOR)



INVESTIMENTOS DE IMPACTO



PODE CAUSAR DANO

EVITA CAUSAR DANOS

BENEFÍCIO AOS STAKEHOLDERS

CONTRIBUI COM SOLUÇÕES

Externalidades negativas não são consideradas

Externalidades negativas são minimizadas

Externalidades positivas são otimizadas

Resultados positivos são maximizados

Fonte: Nuveen, 2021.

A imagem de uma organização e sua reputação está atrelada a de seus parceiros. Um vínculo nocivo – ainda que seja por meio de recursos aportados para aplicações financeiras – pode comprometer todo o trabalho da instituição e afastar doadores e apoiadores.

Globalmente, houve grande evolução nessa área de investimento financeiro responsável: o mercado já está se voltando a trazer informações de impactos positivos para facilitar a tomada de decisão dos investidores. Já há presença de impacto em todas as classes de ativos no mercado mundial.



Uma estratégia de investimento bem definida ajuda a garantir que os recursos sejam alocados de forma eficiente, direcionando-os para onde têm o potencial de causar maior impacto. Isso significa que menos recursos são desperdiçados em investimentos que não estão alinhados com os objetivos da organização filantrópica, resultando em um uso mais eficaz dos fundos disponíveis.

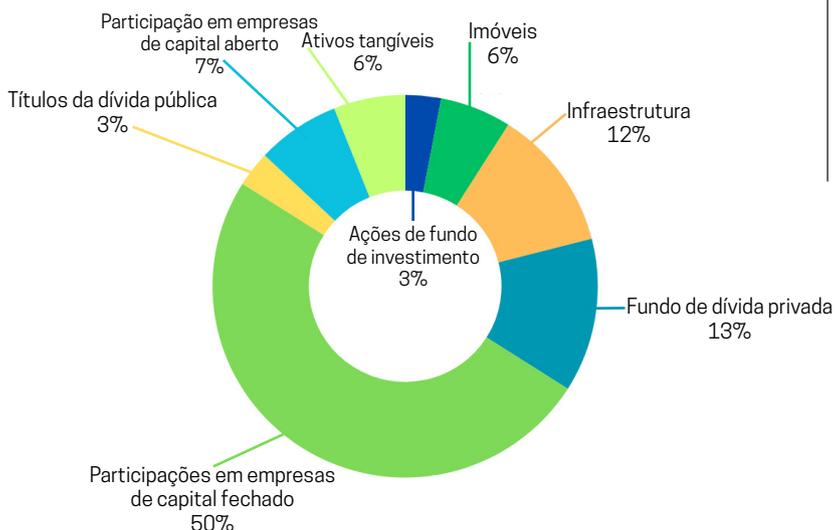
Guibson Trindade Torres,
Pacto de Promoção para Equidade Racial



O TD Impacta é uma plataforma de apoio e investimento para negócios de impacto. Tem como foco principal impulsionar soluções que apoiem a educação financeira, além de outras temáticas que contribuam para este objetivo e gerem impacto positivo. Criada pelo Programa Tesouro Direto em parceria com a B3, a bolsa do Brasil, a iniciativa conta com a execução da Artemisia, organização referência no ecossistema de empreendedorismo de impacto brasileiro.

Leandro Loiola, B3 Educação

Capital comprometido por classes de ativo %



Fonte: Phenix Impact Database (PID), 2022.



“[No Brasil], o investimento de impacto está basicamente concentrado em *private equity*, compra de ações diretas de uma empresa, ou *venture capital*, mas também tem renda fixa, algumas debêntures com função de impacto social positivo, [...] com selo, por exemplo, de *green bonds*”.

Ricardo Amatucci, Vox Capital

Há índices que podem auxiliar a identificar oportunidades de investimento financeiro em empresas responsáveis, como o Gender-Equality Index (GEI), da Bloomberg, que mede a igualdade de gênero em cinco pilares: liderança feminina e *pipeline* de talentos, igualdade salarial e paridade de remuneração entre gêneros, cultura inclusiva, políticas contra assédio sexual e marca pró-mulher. Ou o Global Carbon Project (GCP), que mede as estratégias das empresas em relação à mitigação das mudanças climáticas.



Gender-Equality Index (GEI)

Global Carbon Project (GCP)

Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)

Assim, quando se fala de avaliação do impacto das organizações de ISP, o próprio impacto das aplicações financeiras deve ser considerado.



Diretrizes para avaliar o impacto dos investimentos são fundamentais para garantir a prestação de contas e a transparência. Isso pode incluir a definição de indicadores de desempenho, métodos de coleta de dados e processos de avaliação. Uma avaliação de impacto robusta permite que a organização filantrópica acompanhe o progresso em direção aos seus objetivos e faça ajustes quando necessário para maximizar os resultados.

Guibson Trindade Torres, Pacto de Promoção para Equidade Racial

Um exemplo de investimento de impacto foi um fundo exclusivo, pensando na questão ambiental, que a Vox Capital fez para um cliente, que tinha recursos livres, advindo de doações. A gestão de caixa podia contar com investimentos financeiros sem restrições. Foi formulada uma política de aplicação de ativos para fundamentar a alocação de recursos aderente aos valores da organização.

Nesse caso, a estratégia de investimentos buscou conectar retorno financeiro, impacto e inovação. Formalizada de modo transparente, aderente aos princípios de governança do ASG, o passo a passo consistiu em: criar uma tese de investimentos; definir parâmetros de diversificação da carteira de investimentos; selecionar os ativos aderentes; realizar as aplicações financeiras; acompanhar indicadores de rentabilidade, risco e impacto; e fomentar o próprio ecossistema de impacto, investindo em empresas que promovem de modo mais decisivo o impacto socioambiental positivo.

“

Na jornada pela justiça social, a equidade racial é a bússola que nos guia na busca por uma sociedade onde o tom da pele não define nossos destinos ou oportunidades.

”

Guibson Trindade Torres,
Pacto de Promoção
para Equidade Racial



2.2 Rentabilidade e risco: uma relação proporcional

O objetivo financeiro da gestão de investimentos equivale a uma meta de médio ou longo prazo que reflete a expectativa com as aplicações realizadas. Em geral, se traduz em metas de rentabilidade. A rentabilidade, por sua vez, é influenciada pelo risco.



Boas decisões de investimento facilitam os retornos financeiros de longo prazo para atingir objetivos.

Leonardo Medina, Anbima

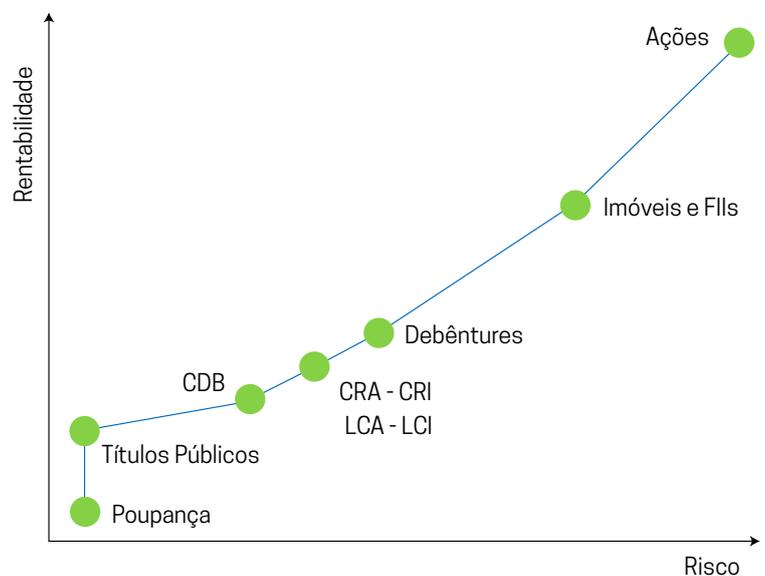


Rentabilidade é o percentual de ganho sobre um valor investido. Geralmente é apurada considerando a diferença entre o valor investido e o valor final em um determinado período de tempo.

Risco se refere à possibilidade de perdas financeiras em decorrência de investimentos realizados. Geralmente é medido pela volatilidade, ou seja, pela oscilação real ou potencial do valor investido.

Leonardo Medina, Anbima

A relação entre rentabilidade e risco é simples: quanto maior o risco de um investimento financeiro, maior deve ser o retorno esperado para compensar esse risco. Em outras palavras, para decidir colocar o dinheiro em um investimento mais arriscado, é necessário que o retorno potencial seja maior.



Fonte: Investidor em Valor, 2024.

Na busca por rentabilidade, o gestor de investimentos financeiros pode atuar livremente, criando estratégias para alcançar taxas mais altas (gestão ativa); ou pode tomar decisões que busquem replicar um índice de referência previamente estabelecido (*benchmark*). A referência mínima de rentabilidade buscada é, em geral, a taxa de inflação, ou seja, garantir que o dinheiro investido mantenha seu poder de compra. Indicadores de rentabilidade devem ser acompanhados periodicamente para identificar eventuais desvios de rota nas estratégias e necessidade de revisão.



Benchmark se refere, em qualquer área, a um padrão de referência. Na administração de caixa, é um índice adotado para comparar a rentabilidade do investimento financeiro.



A diversificação é importante pois há questões no caminho de longo prazo que não se consegue prever. Idealmente, os ativos da carteira devem oscilar influenciados por fatores diferentes para nos ajudar a passar por turbulências do mercado.

Há uma infinidade de possibilidades para diferentes objetivos e estratégias.

Leonardo Medina, Anbima



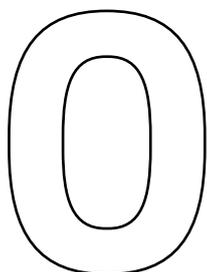
Diversificar ativos financeiros é uma forma de perseguir os objetivos de rentabilidade para evitar perdas significativas no valor do patrimônio investido, ou seja, para diluir o risco. Assim, uma carteira de investimentos financeiros pode contar com parte dos recursos aplicados com menor risco e maior rentabilidade, como poupança, e parte em ativos de maior risco e maior rentabilidade, como ações. As proporções são definições estratégicas, que podem fazer parte de uma política de gestão financeira formal.

Os principais riscos envolvidos em aplicações financeiras são:

- risco de mercado: risco de perdas causadas pela oscilação de preços dos ativos, das taxas de juros e do câmbio;
- risco de crédito: risco de perdas associadas à probabilidade de o emissor das dívidas não honrar seus compromissos;
- risco de liquidez: risco advindo da possibilidade de não conseguir vender determinado ativo no momento e pelo preço desejado;
- risco cambial: risco de perdas ocasionadas pela oscilação nas cotações das moedas.

O capítulo a seguir aborda os tipos de investimento financeiro.

3 Tipos de investimento financeiro



Os investimentos financeiros podem ser divididos em tipos que têm características semelhantes e que seguem as mesmas regras e regulamentos de mercado. Cada tipo de ativo tem níveis de risco, retorno e comportamentos de mercado distintos. Os principais tipos são:

Tipo	Exemplos	Definição
RENDA FIXA	Tesouro Direto	Títulos de dívida pública para financiar as contas da União.
	Certificado de Depósito Bancário (CDB)	Títulos privados emitidos por bancos. Podem ser prefixados, pós-fixados ou híbridos. Contam com Fundo Garantidor de Crédito (FGC).
	Letra de Crédito Imobiliário (LCI) e Letra de Crédito do Agronegócio (LCA)	Títulos privados emitidos por instituições financeiras para financiamento de setores estratégicos da economia. Também contam com FGC.
	Debêntures	Títulos de dívidas emitidos por empresas de capital aberto na bolsa de valores para execução de projetos específicos.
RENDA VARIÁVEL	Ações	Representam a propriedade em uma empresa e um direito sobre o patrimônio de empresas abertas (sociedades anônimas listadas em bolsa de valores).
	<i>Private equity</i>	Investimento em empresas privadas não listadas em bolsas de valores.
	<i>Brazilian Depositary Receipts (BDR)</i>	Certificados de depósito de valores mobiliários emitidos no Brasil que representam valores mobiliários de emissão de companhias abertas com sede no exterior.
	<i>Exchange Traded Funds (ETF)</i>	Fundos de investimento com o objetivo de investir em uma carteira de ações que busca replicar a carteira e a rentabilidade de um determinado índice de referência (índice subjacente).
FUNDOS DE INVESTIMENTO	Renda fixa	Cestas de investimentos geridos profissionalmente que reúnem recursos de vários investidores. Podem reunir diversos tipos de ativo.
	Ações	
	Multimercados	
	Cambial	
	Imobiliário	
	Direitos Creditórios (FIDC)	
	Agronegócio	
OUTROS	Derivativos	Instrumentos financeiros cujo valor é derivado de outros ativos (por exemplo, contratos futuros, opções sobre ações, <i>swaps</i>).
	Ativos permanentes	Investimentos em imóveis e propriedades residenciais e comerciais.
	<i>Commodities</i>	Produtos básicos comercializáveis (por exemplo, soja, café, minério de ferro, petróleo).
	Moedas	Dinheiro em circulação, incluindo moedas estrangeiras.
	Criptomoedas	Moedas digitais descentralizadas baseadas em tecnologia <i>blockchain</i> .
	Metais preciosos	Ativos físicos que servem como reserva de valor (por exemplo, ouro, prata).

3.1 Renda fixa

As aplicações financeiras em renda fixa são aquelas em que a rentabilidade é definida previamente, no momento da aplicação, por meio de taxas prefixadas ou acompanhando indicadores econômicos. Desse modo, são investimentos mais seguros, uma vez que não há oscilações – por outro lado, se o risco é menor, a rentabilidade também tende a ser.

3.2 Renda variável

Renda variável são os ativos financeiros cujo retorno não é previsível ou garantido, variando conforme as condições do mercado. Os exemplos mais comuns de renda variável são ações de empresas e participações em negócios privados não listados pela bolsa de valores. Ao contrário da renda fixa, em que o investidor tem uma expectativa clara do rendimento ao final do período, a renda variável está sujeita a flutuações diárias de preço, podendo gerar lucros substanciais ou perdas consideráveis. Ou seja, há um maior potencial de valorização, mas também um maior risco, de modo que esse tipo de aplicação é indicado para investidores com perfil mais arrojado.

3.3 Fundos

Aplicar em um fundo de investimento significa contratar terceiros para fazer a gestão das aplicações. Um fundo de investimento é uma comunhão de recursos destinado à aplicação em ativos financeiros. Trata-se de uma estrutura formal de investimento coletivo, em que diversos investidores se reúnem para investir de forma conjunta no mercado financeiro.

O funcionamento de um fundo obedece a um regulamento próprio, principal documento do fundo, em que são estabelecidas as regras relativas ao objetivo, à política de investimento, aos tipos de ativo negociados, aos riscos envolvidos nas operações, às taxas de administração e a outras despesas do fundo.

REGULAMENTO DO
AUGME PRO IV FUNDO DE
INVESTIMENTO FINANCEIRO

S3 caceis
INVESTOR SERVICES

augme
CAPITAL

CNPJ: 65.141.284/0001-28 - Classe Única

VIGÊNCIA: 26/07/2024

1. INTERPRETAÇÃO

1.1. INTERPRETAÇÃO CONJUNTA

ESTE REGULAMENTO DEVE SER LIDO E INTERPRETADO EM CONJUNTO COM SEUS ANEXOS E APÊNDICES, SE HOUVER, E É REGIDO PELA RESOLUÇÃO CVM Nº 175, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2022, CONFORME ALTERADA, BEM COMO PELO SEU ANEXO NORMATIVO I ("RESOLUÇÃO"), SEM PREJUÍZO DAS DEMAIS NORMAS E DIRETRIZES REGULATÓRIAS E DA AUTORREGULAÇÃO.

Exceto se expressamente disposto de forma contrária, os termos utilizados neste Regulamento terão o significado atribuído na regulamentação em vigor ou o significado atribuído no Regulamento, Anexos e Apêndices, quando houver.

Fonte: CVM, 2024.

3.4 Outros

Além de aplicações em renda fixa, renda variável e fundos, outros tipos de ativos podem ser considerados para diversificar carteiras de investimento.

Ativos permanentes, como imóveis, oferecem estabilidade e podem gerar renda passiva por meio de aluguéis, além de contarem com um potencial de valorização a longo prazo. *Commodities* são recursos naturais que têm valor intrínseco e podem servir como proteção contra a inflação e volatilidade do mercado. Criptomoedas, como Bitcoin e Ethereum, são ativos digitais baseados em tecnologia *blockchain*, que oferecem altas oportunidades de retorno, mas também apresentam significativa volatilidade e risco. Derivativos são contratos financeiros que derivam seu valor de um ativo subjacente, sendo utilizados tanto para especulação quanto para proteção contra flutuações de preços. Metais preciosos, além de serem uma forma tradicional de investimento, são considerados ativos seguros em períodos de instabilidade econômica.

Esses tipos de investimentos podem complementar uma estratégia financeira ao fornecer diferentes perfis de risco e retorno, além de maior diversificação.



Diretrizes claras de ética e transparência são necessárias para construir confiança com os doadores, beneficiários e o público em geral. Isso pode incluir políticas de governança, divulgação de informações financeiras e práticas de comunicação transparentes. Cumprir altos padrões éticos e demonstrar transparência em todas as operações fortalece a reputação da organização filantrópica e aumenta o apoio à sua missão.



Guibson Trindade Torres, Pacto de Promoção
para Equidade Racial

4 Indicadores de rentabilidade e risco

Para avaliar um investimento financeiro, as duas principais variáveis são rentabilidade e risco, como já foi explicado.

Indicadores são índices de referência adotados para acompanhar o desempenho de investimentos. Devem ser monitorados periodicamente, para identificar eventuais desvios de rota nas estratégias e as consequentes necessidades de revisão.



O app Hub3 reúne vários aplicativos em um só, com diversas funcionalidades, incluindo carteiras consolidadas em um só lugar, notícias sobre o mercado financeiro e cursos para investir melhor.

[Leandro Loiola, B3 Educação](#)

Este capítulo trata dos principais indicadores macro e microeconômicos que devem ser monitorados para avaliar rentabilidade e risco.



Definir diretrizes para gerenciar riscos é essencial para proteger os recursos da organização filantrópica e garantir sua sustentabilidade a longo prazo. Isso pode envolver a identificação de riscos potenciais, a implementação de medidas de mitigação e a criação de planos de contingência. Uma gestão eficaz de riscos ajuda a minimizar a possibilidade de perdas financeiras e a garantir que os recursos estejam disponíveis para apoiar a missão da organização no futuro.

[Guibson Trindade Torres, Pacto de Promoção para Equidade Racial](#)

4.1 Taxas e indicadores macroeconômicos

Indicadores macroeconômicos são aqueles que afetam o desempenho da economia como um todo. Envolvem o nível de atividade econômica do país, a política fiscal, a política monetária e seus rebatimentos em inflação, juros e câmbio, por exemplo. Essas variáveis afetam diretamente a rentabilidade e o risco da gestão de caixa. Mas são, por sua vez, afetados por múltiplos fatores, fora do âmbito da economia, que vão desde pandemias como a covid, passando por confrontos geopolíticos mundiais e pela política interna.

“

Tudo o que aparece no caderno de economia do jornal impacta os investimentos financeiros: se o país não vai crescer, as empresas não vão crescer no conjunto.

”

Leonardo Medina, Anbima

Os principais indicadores macroeconômicos e as principais taxas de juros de mercado são o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a taxa de depósitos interbancários (DI) e a taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC). Todos eles influenciam outras taxas de juros do país, como taxas de empréstimos, financiamentos e aplicações financeiras.

“

O desvio-padrão da taxa SELIC desde 1996 está na casa de 8%. É muito risco. O Brasil é um país arriscado.

Ricardo Rocha, Insper

”

- O IPCA é um índice de inflação apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), baseado em um conjunto de produtos e serviços comercializados no varejo, abrangendo famílias com rendimentos de 1 a 40 salários mínimos.
- A taxa DI é calculada e divulgada pela B3, apurada com base nas operações de depósitos interfinanceiros realizadas entre instituições de conglomerados diferentes. É a principal forma de indexação no mercado brasileiro.
- A taxa SELIC é a taxa de juros média praticada nas operações compromissadas de um dia útil entre instituições financeiras e o Banco Central, e é definida pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central (COPOM).

Efeitos de mudanças na Selic



Fonte: BCB, 2024.

Como funciona na prática?



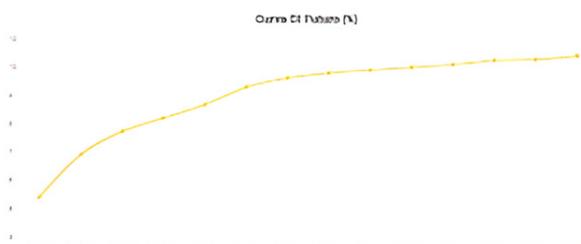
Esses indicadores podem ser *benchmarks* para comparação da rentabilidade das aplicações financeiras. Por exemplo, é comum a comparação com o Certificado de Depósitos Interbancários (CDI), títulos emitidos pelos bancos como forma de captação ou aplicação de recursos excedentes com prazo de um dia útil.



Fonte: Anbima, 2024a.

Uma boa maneira de acompanhar as alterações macroeconômicas é por meio da curva de juros da economia, expressa pelo DI futuro da B3. Esse é um derivativo da bolsa muito sensível às notícias macroeconômicas, que sintetiza, de certa forma, as notícias de jornal. Sua divulgação é diária.

Dica: analisar curva de juros da economia – DI Futuro B3



Fonte: B3, 2024a.

4.2 Monitoramento de rentabilidade e risco

Outros indicadores cujos monitoramentos são importantes no processo de investimento, relacionados à rentabilidade e aos riscos das aplicações financeiras, são apresentados a seguir.

“

Quanto mais complexas as estratégias de aplicações financeiras, mais indicadores são necessários para monitorar o desempenho.

”

Leonardo Medina, Anbima

4.2.1 Rentabilidade e risco de mercado

Risco de mercado refere-se, principalmente, à rentabilidade dos ativos aplicados. Para avaliar a rentabilidade de uma determinada carteira, é necessária a comparação com algum referencial, sem o qual não se pode realizar qualquer tipo de análise. O referencial pode ser macroeconômico, como visto, ou podem ser indicadores médios de outras aplicações financeiras.

Os principais indicadores relativos à rentabilidade são fornecidos pela Anbima, B3 e Comissão de Valores Mobiliários (CVM).



Renda fixa
Fundo de investimento



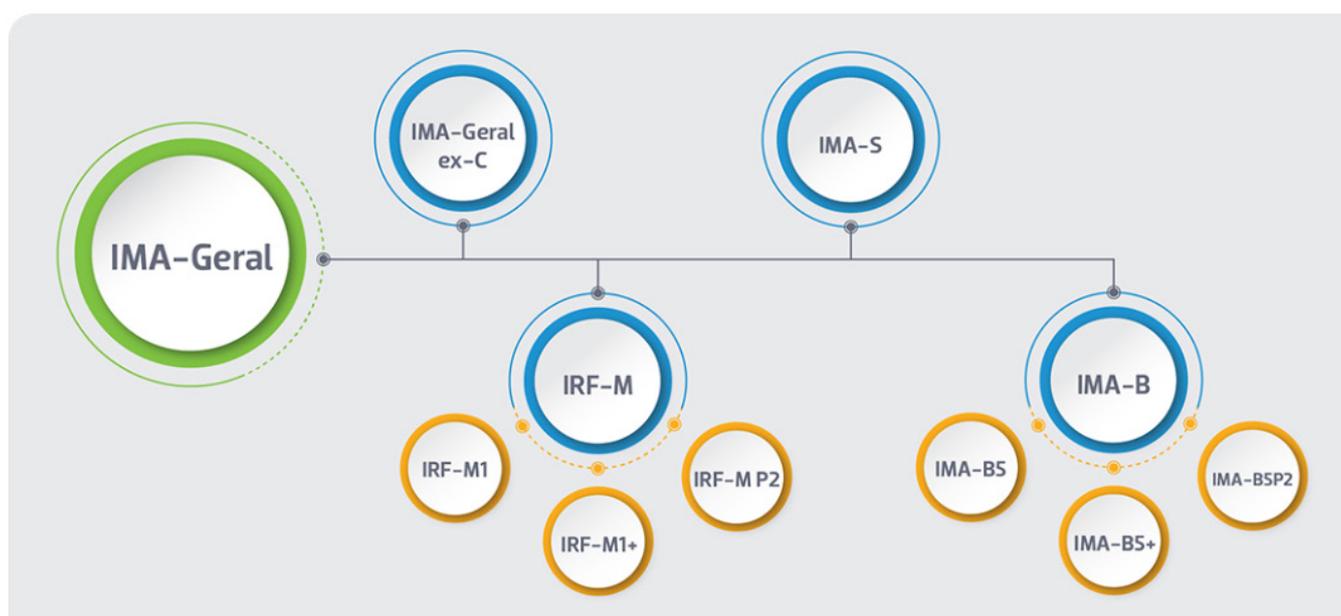
Renda fixa
Renda variável
Investimento no exterior



Fundo de investimento

O Índice de Mercado ANBIMA (IMA) é referência para investimentos em renda fixa. É uma das formas de os investidores acompanharem o desempenho das aplicações e também avaliarem, de forma comparativa, as opções de produtos disponíveis no mercado. O IMA é formado por uma carteira de títulos públicos semelhante à que compõe a dívida pública interna brasileira.

Há variações do IMA-Geral, do mesmo modo como, por exemplo, há diferentes índices de inflação: cada variação representa modificações na carteira que compõe o IMA. Assim, o IMA é composto por toda uma família de índices que mede o desempenho dos títulos públicos brasileiros. Exemplos de variações são o IMA-S, que reflete o desempenho dos títulos públicos prefixados de curto prazo; e o IMA-B, que mede o desempenho dos títulos públicos indexados ao IPCA, subdividindo-se em IMA-B5, para títulos com vencimento até cinco anos, e IMA-B5+, para títulos com vencimento superior a cinco anos. Essas variações permitem aos investidores acompanhar mais de perto o desempenho de diferentes tipos de títulos públicos, auxiliando na tomada de decisões de investimento financeiro.



Fonte: Anbima, 2024b.

O Ibovespa, por sua vez, é o principal indicador de desempenho das ações negociadas na B3 e reúne as empresas mais importantes do mercado de capitais brasileiro. É baseado nas 50 ações mais negociadas. Foi criado em 1968 e, ao longo do tempo, se consolidou como referência para investidores ao redor do mundo.



Fonte: B3, 2024b.

Na CVM, outra referência de rentabilidade e risco, podem ser consultados os fundos de investimento registrados. A consulta pode ser feita por CNPJ ou por parte do nome do fundo. Podem ser obtidas todas as informações públicas dos fundos, tais como o valor diário da cota e do patrimônio líquido, o número de cotistas, valores captados e resgatados. Ainda é possível consultar o regulamento, o prospecto, a lâmina de informações essenciais, a composição da carteira, os fatos relevantes e os balancetes de cada fundo.

Central de Sistemas

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Envio de Documentos | Atualização Cadastral

Dados Gerais

Nome do Fundo: AUGME PRO IV CLASSE DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO

Administrador: S3 CACEIS BRASIL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A

Situação Atual: EM FUNCIONAMENTO NORMAL

Data de Constituição: 15/05/2024

Para consultar os regulamentos (a partir de 05/07/2021) e informações cadastrais dos fundos da Instrução CVM Nº 555 e fundo

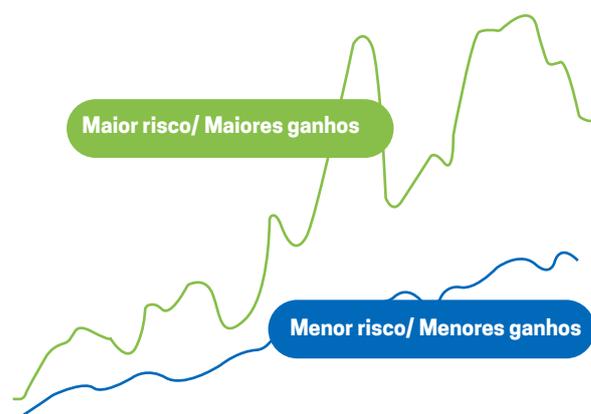
Documentos Associados

- Balancete
- Composição da Carteira
- Dados diários (Vi. Quota, Patrim. Líq., Num. Cotistas, Captação e Resgate)
- Lâmina do Fundo
- Demonstrações contábeis com parecer do auditor
- Perfil Mensal
- Formulário de Informações Complementares

Fonte: CVM, 2024.

4.2.3 Rentabilidade e risco de liquidez

O risco de liquidez de uma aplicação financeira refere-se à possibilidade de um investidor não conseguir vender um ativo rapidamente no mercado sem afetar significativamente seu preço. Esse risco surge quando há um desequilíbrio entre a oferta e a demanda do ativo, resultando em uma baixa capacidade de convertê-lo em dinheiro sem incorrer em perdas substanciais. Ativos com alta liquidez, como ações de grandes empresas ou títulos do governo, geralmente podem ser vendidos rapidamente com pouca variação de preço. No entanto, ativos menos líquidos, como imóveis ou ações de pequenas empresas, podem levar mais tempo para serem vendidos e requererem descontos consideráveis para atrair compradores.



Pessoas físicas têm procurado cada vez mais informações sobre gestão de aplicações financeiras. Por isso, os cursos da B3 dividem o conteúdo entre finanças pessoais e profissionais.

Leandro Loiola, B3 Educação

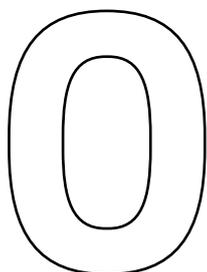


Assim, em situações de emergência, em que a necessidade de acessar rapidamente o capital é crítica, a dificuldade de vender um ativo ilíquido pode resultar em perdas financeiras. Além disso, durante períodos de volatilidade do mercado, o risco de liquidez pode se agravar, pois a demanda por ativos em geral pode diminuir.

4.2.4 Rentabilidade e risco cambial

O risco cambial de aplicações financeiras refere-se à possibilidade de variações adversas nas taxas de câmbio afetarem o valor de investimentos que estão denominados em uma moeda estrangeira. É um risco adicional para ativos estrangeiros, particularmente relevante para investidores que possuem ativos em moedas diferentes da sua moeda de referência. Se a moeda do investimento se desvalorizar em relação à moeda de referência do investidor, o valor do investimento, quando convertido de volta para a moeda de referência, diminuirá. Esse risco pode impactar tanto o capital investido quanto os rendimentos obtidos, tornando a gestão do risco cambial uma consideração crucial para investidores internacionais.

5 Processo de investimento



O processo de investimento é, para Aswath Damodaran (2012), composto por três variáveis: o perfil do cliente, a administração da carteira e a avaliação de desempenho.



Fonte: Damodaran, 2012.

Em relação ao cliente investidor, são considerados aspectos específicos, como seu perfil de utilidade e sua situação fiscal para definir risco, horizonte e impostos envolvidos. Esses fatores determinam a identidade e as necessidades do investidor, orientando as decisões subsequentes no processo de investimento.



Recomendo, sempre, para a compra de qualquer ativo, que seja desenhado o fluxo e usado o conceito de valor presente líquido (VPL), considerando os pagamentos futuros descontados por uma taxa que represente os riscos.

Ricardo Rocha, Insper



Para a administração da carteira, o primeiro passo é a decisão de alocação de ativos, tanto em relação a seus diferentes tipos – como ações, renda fixa e ativos reais – quanto ao mercado geográfico no qual o investimento será feito – doméstico ou internacional. Isso é definido pela visão que se tem sobre os mercados e sobre fatores econômicos importantes como inflação, juros e crescimento. Mas deve ser influenciado pela política e pela estratégia de investimentos formulada e pelo momento macroeconômico.

Em seguida, ativos específicos devem ser selecionados, a partir de ferramentas de avaliação – como fluxo de caixa descontado (FCD), análise técnica e outros – e de informações privadas, que podem influenciar significativamente a seleção de investimentos financeiros. Trata-se de responder a questões como: quais ações escolher, quais títulos de renda fixa adquirir e quais ativos reais são mais adequados para o portfólio.



Para comprar títulos privados, devem ser considerados três C:

- capacidade de pagamento;
- colateral (garantia); e
- caráter da empresa emissora.

Ricardo Rocha, Insper

A partir de então, a execução do plano de investimento envolve detalhes como a frequência das transações, o tamanho dos lotes e o uso de derivativos. Custos como corretagem e *spread* são considerados nesta fase, bem como a velocidade, fatores importantes na execução das transações.



Analistas financeiros de diversas instituições devem conversar, promover encontros, discutir como estão vendo risco e oportunidade. Trocar ideias é muito importante. A comunicação e a informação diminuem a assimetria informacional e a capacidade individual vai se multiplicando.

Ricardo Rocha, Insper



Por fim, a avaliação de desempenho é a última etapa do processo. Aqui, o *timing* das transações é avaliado, com verificação do risco incorrido, do retorno obtido e da efetividade no alcance dos objetivos. A seletividade de informações é essencial na avaliação de desempenho, determinando a eficácia das escolhas feitas durante o processo de investimento.

Portanto, Damodaran (2012) apresenta um fluxo que se inicia com a compreensão das necessidades e restrições do investidor, passa pela execução e chega à avaliação das estratégias de investimento, enfatizando a importância de uma visão abrangente e integrada para a tomada de decisões financeiras.

Os itens a seguir tecem comentários a respeito do processo de investimento em renda fixa, renda variável e derivativos.

5.1 Processo de investimento em renda fixa

O investimento mais comum de renda fixa é o título. Um título é um passivo, público ou privado, que representa uma promessa de pagamento. São, portanto, emitidos por governos federais e municipais – e, mais comum nos Estados Unidos, por instituições financeiras e empresas não financeiras.

Os investidores são credores dos emissores dos títulos e, em troca de remuneração, ou juros, emprestam seus recursos, temporariamente, a um tomador. O investidor não é obrigado a manter o título em carteira durante todo seu período de vigência: pode vendê-lo no mercado secundário sempre que lhe convier, desde que haja liquidez.

“

Para avaliar a política macroeconômica, leia as atas do COPOM. Não é só uma questão da taxa de juros... é para avaliar a consistência do que o COPOM escreve com o que ele faz, verificar o que o Comitê sinaliza.

”

Ricardo Rocha, Insper

Pode-se dizer que um título público emitido por um governo soberano ou central é livre de risco, embora tenha risco de *default*. No Brasil, o risco de moratória interna está afastado há muito tempo, ou seja, a probabilidade de o governo brasileiro não pagar é desprezível.



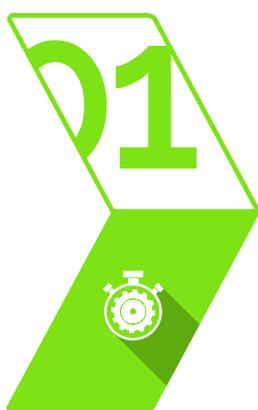
Risco de *default* refere-se à possibilidade de que o governo emitente dos títulos não consiga cumprir suas obrigações de pagamento. Isso inclui a incapacidade de pagar os juros devidos periodicamente ou de reembolsar o valor principal do título na data de vencimento.

Embora os títulos públicos sejam considerados investimentos de baixo risco devido à confiança na capacidade do governo, o risco de *default* existe, especialmente em países instáveis. Quando os investidores percebem aumento desse risco, os títulos podem se desvalorizar no mercado secundário.

Os títulos privados, por outro lado, apresentam possibilidade de não pagamento, portanto, um risco de crédito. *Ratings* de agências, já citados, ou relatórios de analistas certificados a partir de informações públicas de companhias abertas podem minimizar os riscos de investimento nesses títulos, estudando informes da empresa.

 O endereço edu.b3.com.br oferece mais de 70 cursos *online* gratuitos, muitos com certificados, em níveis básico, intermediário e avançado. A duração dos cursos é de uma a três horas.

Leandro Loiola, B3 Educação

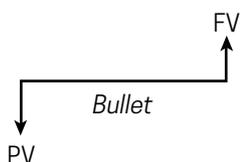


Entender o título

Identifique o tipo de título.
 Verifique a taxa de juros (fixa ou variável) e compare-a com alternativas.
 Conheça o prazo de vencimento.
 Entenda os riscos associados (crédito, liquidez etc.).

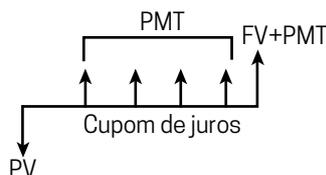


Calcular o valor presente líquido (VPL)



Considerar os cupons

Para títulos que pagam cupons (juros periódicos), calcule o VPL dos pagamentos de cupom e do valor nominal.



Avaliar o risco

Analise a classificação de crédito do emissor. Considere o ambiente econômico e as políticas monetária e fiscal.



Comparar com alternativas

Compare o rendimento com outros títulos de renda fixa de características semelhantes.

Algumas considerações sobre os principais riscos em renda fixa podem ser feitas.

- A inflação coloca em risco a capacidade do título oferecer uma remuneração acima do poder de compra.
- Há risco de liquidez quando o detentor do título precisa vendê-lo antes do vencimento: caso a magnitude do *spread* entre o preço de compra e o de venda seja relevante, a venda do título pode implicar numa perda substancial de rentabilidade.
- O risco de crédito é o do emissor do título não pagar parcial ou totalmente as suas obrigações.
- O preço do título varia inversamente às oscilações das taxas de juros, trazendo risco de mercado. No caso de uma queda na taxa de juros, o montante seria reinvestido a uma taxa de juros menor do que o investimento original.
- Em títulos com *callable bond*, há uma opção de compra embutida: o emissor tem a opção de recomprá-lo antecipadamente, por um determinado preço em uma data específica.
- Títulos em moedas estrangeiras têm risco cambial.

“

A salvação é pelo risco, sem o qual a vida não vale a pena.

”

Clarice Lispector, 1999

Informações gerais sobre os principais tipos de investimentos em renda fixa são dadas a seguir.

5.1.1 Tesouro Direto

Títulos do Tesouro Nacional são emitidos pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que pertence à estrutura do Ministério da Economia. A STN, entre outras atribuições, gerencia a dívida pública da União. Os títulos públicos federais servem para captar recursos para o governo federal cobrir déficits orçamentários e para obter crédito por antecipação de receita. As negociações ocorrem pela internet e a quantidade mínima de compra é de 0,01 título, ou seja, 1% do valor de um título, desde que respeitado o valor mínimo de 30,00 reais.



- Letras do Tesouro Nacional (LTN) são tipicamente emitidas para financiamento de curto prazo e têm somente um fluxo de caixa. É um papel prefixado, ou seja, já se sabe exatamente o valor em reais que o Tesouro pagará ao detentor do título no seu vencimento.
- Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são normalmente emitidas para financiamento de curto e médio prazo e também contam com apenas um fluxo de caixa, pago no vencimento do título ao seu detentor. Porém, a LFT é um título indexado à taxa Selic, de modo que o valor a ser pago pelo Tesouro só é conhecido na data de vencimento, ou seja, a LFT é um título pós-fixado.
- Notas do Tesouro Nacional (NTN) são preferencialmente emitidas para financiamento de médio e longo prazo e pagam fluxos de caixa semestrais, além do valor nominal no vencimento.



Mercado primário é aquele em que o Tesouro Nacional oferta o título diretamente para pessoas físicas, instituições financeiras e investidores fora do Brasil.

Títulos do Tesouro Direto são ofertados diariamente, sendo seus preços definidos pelas taxas praticadas pelo mercado. Em caso de resgate antecipado – venda do título por parte do investidor antes do vencimento do papel –, o preço é calculado pelo Tesouro Nacional. Nesses casos, há uma taxa (*spread*) aplicada.

5.1.2 Crédito privado

5.1.2.1 Certificado de Depósito Bancário (CDB)

O CDB é um instrumento de renda fixa pelo qual o investidor empresta dinheiro ao banco em troca de uma rentabilidade, que pode ser pré ou pós-fixada. Na modalidade pós-fixada, a rentabilidade do certificado pode ser atrelada a indexadores, por exemplo, à taxa DI ou ao IPCA. Pode-se acrescer um percentual à variação do indexador (*spread*), por exemplo: DI + 2% a. a. ou IPCA + 5% a. a. Também é possível atribuir um percentual a ser multiplicado pela variação do indexador, por exemplo: 102% do DI.

O Certificado de Depósito Interbancário (CDI) é um instrumento de renda fixa muito parecido com o CDB: a diferença é que se trata de um instrumento no qual o emissor é um banco e o investidor é uma instituição financeira.

5.1.2.2 Letras de Crédito Imobiliário (LCI)

São lastreadas na carteira de empréstimos relacionados ao setor imobiliário – tais como financiamentos residenciais, comerciais ou para construções, contratos de aluguéis de longo prazo – mantida pelas instituições financeiras.

Quem compra uma letra de crédito fica exposto ao risco geral da própria instituição financeira – normalmente um banco – que a emitiu. Assim, se o banco tiver problemas de liquidez, mesmo que não diretamente ligado ao lastro das letras, os investidores também sentirão o impacto.

5.1.2.3 Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)

É um título emitido por empresa privada, que gera um direito de crédito ao investidor. Ou seja, o investidor tem direito de receber uma remuneração (geralmente juros) do emissor e, periodicamente, ou quando o título vencer, receberá de volta o valor principal investido.

Do ponto de vista do emissor, o CRI é um instrumento de captação de recursos destinados a financiar transações do mercado imobiliário, lastreado em créditos imobiliários.

A Anbima publica informações de alguns desses instrumentos negociados no mercado secundário.



LCI: tem risco relativamente baixo devido à garantia do banco emissor, com a cobertura do Fundo Garantidor de Crédito (FGC) limitada a pessoas físicas, microempresas e empresas de pequeno porte. Pode ter liquidez limitada devido a períodos de carência, e os rendimentos estão sujeitos à tributação de imposto de renda (IR) conforme o regime tributário da empresa.

CRI: tem maior risco por não ter a garantia do FGC, tem liquidez geralmente menor com negociação no mercado secundário, e os rendimentos estão sujeitos à tributação de IR e possivelmente IOF conforme o regime tributário da empresa.

Ambos os tipos de títulos são acessíveis a investidores que utilizam corretoras e plataformas de investimento, mas o processo de compra e a acessibilidade podem variar.

5.1.2.4 Letras de Crédito do Agronegócios (LCA)

São títulos usados para captar recursos entre produtores rurais ou suas cooperativas e terceiros, emitidos por instituições financeiras, normalmente um banco. O lastro das LCA podem ser empréstimos, incluindo financiamentos relacionados à produção ou à comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos agropecuários, insumos ou até máquinas e implementos usados no setor.



Em relação à estrutura, risco, liquidez, tributação, ponto de compra, emissão e disponibilidade, as diferenças entre certificados de recebíveis (CRI/ CRA) e letras de crédito (LCI/ LCA), quer imobiliários ou do agronegócio, são correspondentes.

5.1.2.5 Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA)

São títulos de renda fixa lastreados em recebíveis, também originados de participantes da cadeia do agronegócio. As empresas cedem seus recebíveis para uma securitizadora, que emite os CRA e os disponibiliza para negociação no mercado de capitais, geralmente com o auxílio de uma instituição financeira. A securitizadora paga a empresa pelos recebíveis cedidos. Desse modo, a empresa consegue antecipar recebimentos.

A Anbima publica informações de alguns desses instrumentos negociados no mercado secundário.



Os cursos da B3 Educação são produzidos por parceiros, como bancos e corretoras, para impactar mais pessoas e falar com públicos diferentes. Um curso sobre debênture está disponível.

Leandro Loiola, B3 Educação

5.1.2.6 Debênture

As debêntures são títulos privados emitidos por instituições não financeiras, do tipo sociedades anônimas. É um instrumento de captação que as empresas usam para financiar projetos, em geral de longo prazo.

A Anbima publica informações de alguns desses instrumentos negociados no mercado secundário.

5.2 Processo de investimento em renda variável

As aplicações financeiras em renda variável são investimentos em que o retorno não é fixo e pode variar de acordo com as condições do mercado. A estrutura desses investimentos é diversificada, abrangendo ações, fundos de investimento, derivativos, entre outros. Cada uma dessas opções tem suas particularidades; por exemplo, as ações representam a propriedade de uma fração da empresa e conferem ao investidor direitos sobre os lucros e participação nas decisões corporativas. Fundos de investimento, por sua vez, permitem que os investidores se unam para formar um grande capital administrado por profissionais, diversificando os riscos.



O Bora Investir traz notícias e cotações constantemente atualizadas, além de uma inteligência artificial, desenvolvida em parceria com a Microsoft, exclusivamente para educação financeira, com facilitação de mensagens de áudio.

Leandro Loiola, B3 Educação

O risco nas aplicações de renda variável é inerentemente mais elevado comparado aos investimentos de renda fixa, devido à volatilidade dos mercados financeiros. Os preços das ações, por exemplo, podem ser influenciados por fatores macroeconômicos, como taxa de juros, inflação, política econômica, bem como por questões microeconômicas, como o desempenho específico da empresa. A liquidez desses investimentos pode variar significativamente; ações de grandes empresas (*blue chips*) geralmente têm alta liquidez, permitindo que sejam compradas e vendidas rapidamente, enquanto ações de empresas menores ou menos conhecidas podem ter liquidez mais baixa, dificultando transações rápidas.

A tributação sobre investimentos em renda variável também apresenta peculiaridades. No Brasil, os lucros obtidos com a venda de ações são tributados pelo IR, com alíquotas que podem variar conforme o valor das operações e o prazo do investimento. As operações de *day trade*, por exemplo, são tributadas a uma alíquota maior do que as operações de longo prazo. As operações de compra e venda dessas aplicações geralmente se dão por meio de corretoras de valores, que facilitam o acesso ao mercado e a execução das transações. Em termos de disponibilidade, o mercado de renda variável é acessível a praticamente todos os perfis de investidor, desde pequenos investidores individuais até grandes instituições financeiras, possibilitando a composição de portfólios diversificados e ajustados às necessidades e expectativas de cada um.

As aplicações financeiras em renda variável também oferecem uma ampla gama de opções em termos de estratégias de investimento. Investidores podem adotar uma abordagem ativa, tentando obter lucros com a compra e venda frequente de ativos, ou uma abordagem passiva, mantendo um portfólio diversificado ao longo do tempo para acompanhar o mercado. Estratégias mais complexas, como o uso de derivativos e alavancagem, permitem potencializar os ganhos, mas também aumentam significativamente os riscos.

Por fim, a evolução tecnológica tem transformado a forma como as aplicações em renda variável são realizadas. Plataformas de negociação *online*, aplicativos móveis e ferramentas de análise em tempo real fornecem informações atualizadas e permitem a execução de ordens de compra e venda. Além disso, a crescente popularidade dos *robo-advisors*, que usam algoritmos para gerenciar investimentos de maneira automatizada, está democratizando o acesso a estratégias de investimento sofisticadas, permitindo que investidores se beneficiem de gestão de portfólio de alta qualidade com custos reduzidos.

5.2.1 Ações

Para avaliar uma ação, podem ser considerados cinco passos básicos.



Realizar uma análise fundamentalista

Estude os demonstrativos financeiros da empresa, como balanço patrimonial, demonstração de resultados e fluxo de caixa. Calcule indicadores financeiros como preço/lucro (P/L), retorno sobre patrimônio (*return on equity*, ROE), lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (*earnings before interest, taxes, depreciation, and amortisation*, EBITDA), entre outros.



Realizar uma análise de *valuation*

Utilize métodos de *valuation* como DFC, estimando fluxos de caixa futuros e trazendo-os a valor presente usando uma taxa de desconto. Compare com empresas do mesmo setor.



A análise fundamentalista se concentra na avaliação dos fundamentos econômicos e financeiros de uma empresa para determinar o valor intrínseco de suas ações e avaliar sua saúde financeira. Objetiva identificar empresas subvalorizadas ou sobrevalorizadas, ajudando o investidor a tomar decisões de compra ou venda baseadas no valor real da empresa, com a expectativa de que, a longo prazo, o mercado corrigirá essas discrepâncias. O estudo do setor e do mercado, da gestão e da governança corporativa também compõem uma análise fundamentalista.

A análise de *valuation* busca complementar a análise fundamentalista, quantificando o valor intrínseco da empresa por meio de métodos como o fluxo de caixa descontado (*discounted cash flow*, DCF), múltiplos financeiros e valor contábil. Enquanto a análise fundamentalista fornece uma visão qualitativa e quantitativa completa da empresa, a análise de *valuation* traduz essa compreensão em um valor financeiro concreto, permitindo comparações diretas com o preço de mercado para tomar decisões de investimento mais informadas.

5.3 Processo de investimento em derivativos

Derivativos são instrumentos financeiros cujo valor deriva de outros ativos, chamados de ativos subjacentes. Podem incluir ações, títulos, índices, moedas, *commodities*, entre outros. Os derivativos são usados por investidores para fins de proteção (*hedging*), especulação ou arbitragem. Existem vários tipos de derivativos, entre os mais comuns estão:

- futuros: contratos que obrigam as partes a comprar ou vender um ativo subjacente a um preço predeterminado em uma data futura específica. São negociados em bolsas organizadas e padronizadas;
- opções: contratos que dão ao comprador o direito, mas não a obrigação, de comprar (*call*) ou vender (*put*) um ativo subjacente a um preço predeterminado antes ou na data de vencimento;
- *swaps*: acordos para trocar fluxos de caixa futuros de acordo com termos predefinidos. Um exemplo comum é o *swap* de taxa de juros, onde as partes trocam pagamentos de juros fixos por variáveis, ou vice-versa;
- contratos a termo (*forwards*): similar aos contratos futuros, mas são negociados de forma privada e não padronizados, permitindo maior personalização dos termos.



Derivativos são amplamente utilizados no mercado financeiro para gerenciar riscos. Por exemplo, uma empresa que exporta produtos pode usar contratos futuros de moeda para se proteger contra a flutuação cambial. Contudo, devido à sua natureza alavancada, os derivativos também podem implicar em riscos significativos, tornando sua utilização recomendada somente para investidores com conhecimento aprofundado.

Para avaliar um derivativo, também podem ser considerados cinco passos básicos.



01 Identificar o tipo de derivativo

Determine se é uma opção, futuro, *swap* etc. Entenda os termos do contrato (ativo subjacente, data de vencimento, preço de exercício etc.).



02 Calcular o valor intrínseco e o valor temporal

Para opções, o valor intrínseco é a diferença entre o preço de exercício e o preço do ativo subjacente; o valor temporal é a diferença entre o preço da opção e o valor intrínseco.



03 Modelos de precificação

Utilize modelos como *black-scholes* para opções, que levam em conta fatores como preço do ativo subjacente, volatilidade, tempo até o vencimento, taxa de juros livre de risco e dividendos esperados.



04 Avaliar o risco

Considere o risco de mercado, o risco de crédito e o risco de liquidez. Utilize ferramentas de gerenciamento de risco como *value at risk* (VaR).



05 Contexto de mercado

Entenda o contexto do mercado para o ativo subjacente. Considere fatores macroeconômicos e eventos específicos do mercado.

Referências

ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. **Lista de fundos**. 2024a. Disponível em: <https://data.anbima.com.br/fundos>. Acesso em: jun. 2024.

ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. **Afinal, o que é o IMA?** 2024b. Disponível em: https://www.anbima.com.br/pt_br/informar/precos-e-indices/indices/ima.htm. Acesso em: jun. 2024.

B3 – Brasil, Bolsa Balcão. **Boletim de Negociação BGBV.086.01**. 2024a. Disponível em: https://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/servicos-de-dados/market-data/historico/boletins-diarios/pesquisa-por-pregao/pesquisa-por-pregao/. Acesso em: jun. 2024.

B3 – Brasil, Bolsa Balcão. **Índices**. 2024b. Disponível em: https://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/servicos-de-dados/market-data/cotacoes/indices.htm. Acesso em: jun. 2024.

BCB – Banco Central do Brasil. **Taxa Selic**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/taxaselic>. Acesso em: jun. 2024.

BRASIL. Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as sociedades por ações. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm. Acesso em: jun. 2024.

CVM – Comissão de Valores Mobiliários. **Central de sistemas**. Disponível em: https://cvmweb.cvm.gov.br/swb/default.asp?sg_sistema=fundosreg. Acesso em: jun. 2024.

CVM – Comissão de Valores Mobiliários. **Sistema de gestão de fundos de investimento**. 2024. Disponível em: <https://web.cvm.gov.br/app/fundosweb/#/consultaPublica>. Acesso em: jun. 2024.

DAMODARAN, Aswath. **Valuation: tools and techniques for determining the value of any asset**. Nova Jersey: John Wiley & Sons, 2012.

DEGENSZAJN, A.; RIBEIRO, P. **O investimento social em movimento**. In: DEBONI, F. (org.). Investimento social privado no Brasil: tendências, desafios e potencialidades. Brasília: Instituto Sabin, 2013. p. 19-30.

EXPERT XP. **O que é “rating” e para que ele serve**. 2023. Disponível em: <https://conteudos.xpi.com.br/renda-fixa/relatorios/o-que-e-rating-e-para-que-serve/>. Acesso em: jun. 2024.

GIFE – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas. **Investimento social privado**. [São Paulo, 199-?]. Disponível em: <https://gife.org.br/investimento-social-privado/>. Acesso em: mar. 2021.

HOUAISS – Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. 2009. **Investimento**. Eletrônico. São Paulo: Objetiva, v. 3.0.

INVESTIDOR EM VALOR. **Risco e retorno:** entenda os dois conceitos fundamentais para seus investimentos. Disponível em: <https://investidoremvalor.com/risco-e-retorno/>. Acesso em: jun. 2024.

LISPECTOR, Clarice. **A descoberta do mundo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

NUVEEN. How Nuveen's framework fits on the responsible investing spectrum. *In: Impact investing: embracing change and optimizing long-term value*. 2021. Disponível em: <https://www.institutionalinvestor.com/article/2bswpyzz05fjtwo5nyvpc/innovation/impact-investing-embracing-change-and-optimizing-long-term-value>. Acesso em: jun. 2024.

PID – Phenix Impact Database. **Histórico de alocação do capital global em investimentos de impacto de 2015 a 2021**. 2022. Disponível em: <https://www.phenixcapitalgroup.com/what-is-impact-investing>. Acesso em: jun. 2024.

Realização

OGIFE

Parceria



Apoio institucional

